



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº08/2026

RESUMO DO CERTAME LICITATÓRIO

Órgão Gerenciador:			CNPJ:
Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT			24.672.727/0001-83
Modalidade:	Forma:	Modo de Disputa:	Critério de Julgamento:
Concorrência	Eletrônica	Aberto	Menor preço por global
Data:	Horário:	Plataforma:	
12/06/2026	09h30min	https://www.licitanet.com.br	
Registro de Preços?	Participação:	Vistoria?	Reserva de Cota ME/EPP?
Não	Ampla	Opcional	Não
Exige Amostra?	Natureza Continuada:	Instrumento Contratual?	
Não	Não	Sim	
Objeto: Contratação de Empresa especializada para a execução dos serviços de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT.			
Valor Estimado: R\$ 818.330,41 (oitocentos e dezoito mil, trezentos e trinta reais e quarenta e um centavos).			
Pregoeira:		Ato de Designação:	
Jaqueline dos Santos Bordão		Portaria nº 204/2025	
Lei de Regência:		Lei Complementar:	
Lei Federal nº 14.133, de 2021		Lei Complementar Federal nº 123, de 2006	

O Município de Primavera do Leste - MT, por intermédio da Câmara Municipal, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, em modo de disputa aberto, para **contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT**, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do [Termo de Referência - Anexo I deste Edital](#).

A licitação será regida pela [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e, complementarmente, pela [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), pelo [Decreto Federal nº 8.538, de 2015](#) e pelas Resoluções nº 042/2023, 043/2023, 044/2023, 046/2023, 048/2023, 049/2023, 050/2023, 051/2023, 052/2023, 053/2023, 055/2023, 056/2023, 057/2023, 058/2023, 059/2023, 062/2023 e 064/2024 desta Câmara Municipal.



1. SUMÁRIO

2. PUBLICIDADE	3
3. PLATAFORMA ELETRÔNICA	3
4. DATA E HORÁRIO	3
5. AGENTE DE CONTRAÇÃO.....	3
6. OBJETO	3
7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	4
8. CONSÓRCIO.....	5
9. COOPERATIVA.....	6
10. VISTORIA PRÉVIA (OPCIONAL).....	6
11. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS.....	7
12. CREDENCIAMENTO.....	7
13. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.....	8
14. CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	9
15. ABERTURA DA SESSÃO.....	10
16. FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
17. DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO.....	11
18. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	11
19. EMPATE FICTO.....	12
20. EMPATE REAL.....	13
21. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.....	13
22. NEGOCIAÇÃO.....	13
23. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA.....	13
24. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA.....	14
25. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.....	14
26. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	15
27. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.....	16
28. HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	18
29. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	19
30. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.....	19
31. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	20
32. OUTROS DOCUMENTOS.....	20
33. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.....	21
34. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S).....	21
35. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	23
36. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.....	23
37. CONTRATAÇÃO.....	24
38. GARANTIA DE EXDECUÇÃO.....	24
39. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LICITAÇÃO.....	25
40. PROTEÇÃO DOS DADOS.....	25
41. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	26
42. FORO.....	27
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (APÊNDICES I, II E III).....	28
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES.....	52
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA	53
ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA.....	54
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO.....	55
ANEXO VI - MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO.....	56



2. PUBLICIDADE

2.1. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos [art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no [Diário Oficial de Primavera do Leste - DIOPRIMA](#), bem como em jornal diário de grande circulação ([art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

2.3. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e no Portal Transparência da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://www.primaveradoleste.mt.leg.br/>.

3. PLATAFORMA ELETRÔNICA

3.1. A CONCORRÊNCIA, em sua forma eletrônica ([art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

4. DATA E HORÁRIO

4.1. A(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados no Portal Licitanet Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) até às **09:30 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia 12 de Junho de 2026 (sexta-feira)**, quando se dará a abertura da sessão pública.

4.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

5. AGENTE DE CONTRATAÇÃO

5.1. Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pela servidora **Jaqueline dos Santos Bordão**, designada Agente de Contratação ([art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)) por intermédio da Portaria nº 204/2025.

5.2. A Agente de Contratação será auxiliada por equipe de apoio ([art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)) designada pela Portaria nº 204/2025, e responderá individualmente pelos atos que praticar.

5.3. Em caso de impedimento na condução do certame licitatório, o(a) Agente de Contratação será substituído(a) automaticamente por outro(a) Agente de Contratação designado(a) pela Portaria nº 204/2025, seguindo a ordem de substituição definida na referida portaria.

6. OBJETO

6.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT**, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do [Termo de Referência - Anexo I deste Edital](#).

6.2. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- a) Anexo I – termo de Referência (Apêndice I- Cronograma Físico Financeiro; Apêndice II- Memorial Descritivo; Apêndice III- Projeto Executivo);
- b) Anexo II - Modelo de Declarações;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;
- e) Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento;
- f) Anexo VI - Minuta do Instrumento de Contrato.



7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Para participar desta Concorrência, em sua forma eletrônica ([art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- b) Ser credenciada junto ao Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- c) Enviar em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações virtuais de que:
 - i. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - ii. atende aos requisitos do [art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) para fazer jus aos benefícios previstos nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#); ([art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - iii. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no [art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991](#) e em outras normas específicas; ([art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - iv. inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT.

7.2. A declaração falsa sujeitará a licitante à inabilitação e ao enquadramento na infração prevista no [art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando a Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

7.4. Não poderão participar desta Concorrência:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) pessoas físicas;
- c) Microempreendedores Individuais (MEI's);
- d) pessoas jurídicas que não possuam Inscrição Municipal ou que não possuam autorização legal para a prestação dos serviços que são objeto da presente Concorrência;
- e) empresa que possua entre seus sócios agente público vinculado à Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT;
- f) quem não cumprir os requisitos formais para participação nesta Concorrência;
- g) agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; ([art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- h) terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; ([art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- i) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo; ([art. 14, I e II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- j) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação ou contratação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,



desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; ([art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

- k) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ([art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- l) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si; ([art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- m) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; ([art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- n) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição ([Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário](#));
- o) aqueles que se enquadrem nas demais vedações do [art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual o Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) permite a identificação dos participantes do certame licitatório.

7.6. Encerrada a fase de lances, o(a) Agente de Contratação fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no cadastro unificado de licitantes ([art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência¹, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

7.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

8. CONSÓRCIO

8.1. Nos termos do [art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

¹ Disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf



8.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no [art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#). ([art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. ([art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

9. COOPERATIVA

9.1. Nos termos do [art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica organizada em forma de cooperativa poderá participar da licitação quando:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei Federal nº 5.764, de 1971](#), a [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), e a [Lei Complementar Federal nº 130, de 2009](#);
- b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

10. VISTORIA PRÉVIA (OPCIONAL)

10.1. A vistoria é facultativa, podendo o licitante optar pela vistoria ou pela apresentação de declaração de pleno conhecimento das condições do local.

10.2. A vistoria prévia tem por finalidade que o proponente possa constatar as condições de execução e particularidades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local e para que perceba a realidade do cenário do empreendimento, suas peculiaridades, tendo condições de formar um conceito sobre os serviços como um todo e apresentando um preço justo em sua proposta não havendo dessa forma alegações futuras de desconhecimento das condições de execução dos serviços objeto deste Edital.

10.3. O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá agendar visita diretamente com a **Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT**, por intermédio do e-mail: licitacao@primaveradoleste.mt.leg.br ou pelo telefone: **(66) 3211-0410** no horário de funcionamento do órgão, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes interessados ([art. 63, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), não sendo aceitas visitas sem agendamento e as visitas deverão ocorrer em até 2 (dois) dias úteis antes da data de início do certame licitatório.

10.4. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da vistoria prévia, sendo, neste caso, necessário apresentar, em substituição ao Atestado de Vistoria prévia, declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração e ficando impedida, no futuro, de pleitear, por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica ou financeira. ([art. 63, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

10.5. No caso vistoria prévia (opcional) deve ser preenchido atestado conforme modelo constante no [Anexo IV - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica](#) e no caso de dispensa da referida vistoria deverá ser preenchida declaração, conforme modelo constante no [Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento](#).



10.6. A vistoria não substitui a obrigação da licitante de analisar integralmente o Projeto Executivo, memoriais descritivos, pranchas técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo licitatório.

11. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

11.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

11.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica por meio do Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) ou pelo envio de mensagem para o endereço: licitacao@primaveradoleste.mt.leg.br.

11.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem e nem interrompem os prazos previstos no certame licitatório.

11.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e será divulgada no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://www.primaveradoleste.mt.leg.br/> ([art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas ([art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

11.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

11.8. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados ([Súmula nº 473 do STF](#) e [art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

12. CREDENCIAMENTO

12.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

12.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.3. A participação do licitante na Concorrência se dará exclusivamente através de *Home Broker*², o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

12.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva

² *Home Broker* é um sistema que permite a negociação por meio da Internet de uma forma simples e rápida



responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.5. O acesso do licitante à Concorrência, em sua forma eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão ao Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

12.6. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) e à Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.7. O cadastramento do licitante junto a plataforma onde ocorrerá a disputa na presente Concorrência implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

12.8. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).

12.9. A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

12.10. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no [art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

12.11. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

13. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

13.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “[12 - CREDENCIAMENTO](#)” deste Edital.

13.2. A proposta de preços com o preço unitário/total para o item único, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “[4 - DATA E HORÁRIO](#)”.

13.3. O registro de proposta eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
- c) compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no [Termo de Referência \(Anexo I\)](#);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Agente de Contratação.



13.4. As propostas registradas no “Sistema” **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.

13.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

13.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o **intervalo mínimo de R\$ 700,00 (setecentos reais)** entre os lances, conforme estabelecido no item anterior,

13.7. O preço final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser superior a lance já registrado por ela no sistema.

13.8. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.9. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13.10. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.

13.11. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviços com características e quantidades diferentes das indicadas no [Termo de Referência - Anexo I deste Edital](#).

13.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

13.13. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#).

13.14. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.

13.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.

13.16. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.

13.17. Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Agente de Contratação por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, consequentemente, desclassificação da proposta.

14. CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. O cadastramento dos documentos de habilitação somente será possível após o cadastramento no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “[12 - CREDENCIAMENTO](#)” deste Edital.

14.2. As Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).

14.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão acrescentar ou substituir a documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.



14.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação, e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

15. ABERTURA DA SESSÃO

15.1. Na data e horário previstos no item “[4 - DATA E HORÁRIO](#)” deste Edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

15.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

15.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

16. FORMULAÇÃO DE LANCES

16.1. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, *on-line*, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.2. Os lances serão ofertados pelo valor total do lote único.

16.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

16.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

16.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.6. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou superior à melhor oferta registrada ([art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

16.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

16.8. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexecutável, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema.

16.9. Como medida excepcional, o(a) Agente de Contratação poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

16.10. Será adotado para o envio de lances nesta concorrência o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, inclusive o lance final.

16.11. O lote aberto para lance, antes de ser encerrado, entrará no tempo de iminência, de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos, determinado pelo Agente de contratação. Decorrido o tempo de iminência, o item entrará no modo de disputa aberto, o qual terá a duração mínima de 10 (dez) minutos.

16.12. O tempo de que trata o item 16.11, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos 02 (dois) últimos minutos do período de duração.

16.13. O período de duração da disputa será prorrogado automaticamente por mais 02 (dois) minutos, sempre que houver lance enviado no período de prorrogação de que trata o item 16.12.

16.14. Na hipótese de não haver novos lances nos termos do subitem 16.12, a disputa será encerrada automaticamente.

16.15. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.



16.16. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Agente de Contratação poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutável, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.

16.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

16.18. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública da Concorrência, sendo vedada a identificação do seu detentor.

17. DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO

17.1. No caso de desconexão do(a) Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

17.2. Quando a desconexão do(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, com no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

18. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. A obtenção de benefícios previstos dos [artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#) fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

18.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

18.3. Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas do(a) Agente de Contratação e do fornecedor e encaminhada em mensagem por meio de *chat*.

18.4. Quanto aos ITENS/LOTE, na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às ME's e EPP's, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte e haja proposta apresentada por ME/EPP de valor até 10% (dez por cento) superior ao da melhor proposta, oportunidade em que o Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>), automaticamente, procederá da seguinte forma:

- a) A ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências deste Edital e seus Anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame;
- b) não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (cinco) minutos;
- c) havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiramente;



- d) o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do “chat”, convocando a ME/EPP mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decadência do direito concedido;
- e) na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de tratamento diferenciado, será mantida a ordem classificatória do certame.

18.5. Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos [arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), conforme as seguintes regras:

- a) em se tratando de ME/EPP com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação;
- b) será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;
- c) a não regularização da documentação fiscal, social ou trabalhista, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos;
- d) no caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

19. EMPATE FICTO

19.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o [art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).

19.2. O direito de preferência de que trata o item anterior será concedido da seguinte forma:

- a) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor; e
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

19.3. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que se encontrem no intervalo estabelecido no [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

19.4. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), na ordem de classificação.

19.5. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Agente de Contratação. Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.



20. EMPATE REAL

20.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), serão utilizados os critérios de desempate previstos no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos produtos produzidos por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas estabelecidas no território de Mato Grosso;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº 12.187, de 2009](#).

21. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

21.1. Encerrada a etapa de lances, após observado o disposto no item “[8 - CONSÓRCIO](#)” deste Edital, o(a) Agente de Contratação solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.

22. NEGOCIAÇÃO

22.1. Definido o resultado do julgamento, o(a) Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

22.2. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Agente de Contratação deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes ([art. 61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

22.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) ([art. 61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

22.4. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo(a) Agente de Contratação após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após solicitação do(a) Agente de Contratação pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

23. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

23.1. Será desclassificada a proposta, que ([art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e no Termo de Referência;
- c) apresentarem preços inexequíveis;
- d) apresentar preço manifestamente superior ao valor estimado pela Administração, quando não houver justificativa plausível apresentada pela licitante ou quando, após tentativa de negociação conduzida pelo(a) Agente de Contratação, não for possível adequar o valor aos parâmetros aceitáveis para a contratação;
- e) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f) não tiver como anexo atestado de vistoria técnica, conforme “[Anexo IV - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica](#)” ou a declaração de pleno conhecimento conforme “[Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento](#)”;



g) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

23.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ([Acórdão 1217/2023 Plenário - TCU](#)).

23.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Agente de Contratação.

24. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA

24.1. A Administração poderá verificar a exequibilidade das propostas apresentadas, com o objetivo de assegurar a viabilidade da execução do objeto licitado.

24.2. No caso de obras e serviços de engenharia, considerar-se-á indício de inexecuibilidade a proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

24.3. Constatado indício de inexecuibilidade, não haverá desclassificação automática da proposta, devendo o agente de contratação ou a comissão de contratação promover diligência para que o licitante comprove a viabilidade e a exequibilidade da proposta apresentada, conforme previsto no §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

24.4. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderá ser solicitado ao licitante a apresentação de documentos ou esclarecimentos, tais como:

- a) planilha detalhada de composição de custos e formação de preços;
- b) memória de cálculo ou demonstrativo de produtividade;
- c) justificativas técnicas e econômicas que demonstrem a viabilidade da execução do objeto;
- d) comprovação de custos operacionais compatíveis com os valores propostos;
- e) outros elementos que a Administração considerar necessários para a adequada análise da proposta.

24.5. Caso o licitante não comprove satisfatoriamente a exequibilidade de sua proposta, após a realização da diligência, a proposta será desclassificada por inexecuibilidade, mediante decisão devidamente motivada.

24.6. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global, conforme as especificidades do mercado correspondente ([art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

24.7. A inexecuibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

24.8. Na fase de execução contratual, poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei. ([art. 59, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

25. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

25.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

25.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.



25.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação ([art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

25.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

25.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Agente de Contratação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

25.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

- a) solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Agente de Contratação; ou
- b) de ofício, a critério do(a) Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

25.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
 - i. a falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- c) conter cotação de preço unitário e total para o lote ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme [Modelo de Proposta \(Anexo II deste Edital\)](#);
 - i. os custos relacionados ao fornecimento do objeto deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
 - ii. o preço unitário/total máximo para o lote é o que consta do [Termo de Referência - Anexo I deste Edital](#);
- d) conter a marca e, se existir, informar o modelo;
 - i. será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o [art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- e) indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

25.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme [Termo de Referência - Anexo I deste Edital](#), bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega ([art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

26. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

26.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

26.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

26.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



26.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.5. O(A) Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

26.6. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Agente de Contratação.

26.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

26.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

26.9. O(A) Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

26.10. Também nas hipóteses em que o(a) Agente de Contratação não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

26.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

26.12. Havendo necessidade, o(a) Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

26.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

27. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

27.1. O licitante classificado em primeiro lugar na fase de propostas deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Qualificação Técnica;
- c) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- d) Outros Documentos.

27.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

27.3. A documentação de habilitação poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração ([art. 70, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)); e
- a) substituída por registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas ([art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ([Instrução Normativa nº 3, de 2018](#), do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

27.4. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



27.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar, total ou parcialmente, os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas ([art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ([Instrução Normativa nº 3, de 2018](#), do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

27.6. Os licitantes que optarem por utilizar um dos cadastros indicados no item anterior deverão apresentar o certificado cadastral respectivo, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

27.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no registro cadastral unificado do PNCP ou do SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

27.8. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).

27.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

27.10. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

27.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

27.12. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP³, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS⁴, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa⁵, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos⁶, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

27.13. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

27.14. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

³ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

⁴ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

⁵ Disponível em https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

⁶ Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:115251089840080:::>



- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

27.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

27.16. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

27.17. Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.

27.18. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

27.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

27.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

27.21. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.22. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

27.23. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

27.24. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

27.25. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

28. HABILITAÇÃO JURÍDICA

28.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada ([art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na



Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- c) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

28.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

29. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

29.1. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

- a) Prova de Registro ou Inscrição da licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) da região da sede da empresa;
- b) Prova de Registro ou Inscrição do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), sendo vedada a indicação de um mesmo responsável técnico para mais de uma licitante, sendo que a inobservância dessa condição inabilitará as licitantes envolvidas;
- c) Prova de vínculo do Responsável Técnico com a empresa licitante. A comprovação pode ser feita da seguinte forma:
 - i. Apresentação do contrato social, quando o responsável técnico pertencer ao quadro societário da empresa;
 - ii. Apresentação de cópia da CTPS do responsável técnico com a devida anotação de emprego na licitante, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido que comprove o emprego na licitante;
 - iii. Apresentação do Contrato de natureza privada, que comprove o vínculo entre o responsável técnico e a licitantes.
- d) Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de certidões ou atestado(s) regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo), acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) projeto(s) com característica(s) similar/semelhante ao objeto ora licitado, **em montante mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade descrita no Anexo I - Termo de Referência**. ([art. 67, I e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

30. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

30.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal de 1988.

30.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.



30.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

30.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

31. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

31.1. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei. ([art. 69, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

31.2. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ([art. 69, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

31.3. Comprovação de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, na forma a ser definida no edital, compatíveis com a execução do objeto

31.4. Comprovação de Capital ou de Patrimônio Líquido **mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.** ([art. 69, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

32. OUTROS DOCUMENTOS

32.1. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declarações, conforme modelo constante no [Anexo II - Modelo de Declarações](#), de que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988](#);
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988](#);
- e) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no [art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991](#) ([art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

32.2. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

32.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no [art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

33. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



33.1. A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, se a assinatura não for digital;
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- c) conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da contratação, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.

33.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

33.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

33.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos ([art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

33.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

33.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

34. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)

34.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

34.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER, com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

34.3. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente começará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Agente de Contratação em face dos demais itens do objeto da licitação.

34.4. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

34.5. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Agente de Contratação durante todo o certame licitatório, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.

34.6. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Agente de Contratação fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.



34.7. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b) seja intempestiva;
- c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Agente de Contratação no certame; e/ou
- d) seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

34.8. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

34.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

34.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

34.11. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Agente de Contratação por intermédio do e-mail licitacao@primaveradoleste.mt.leg.br ou, nos dias úteis e no horário de funcionamento da Câmara, pelo telefone: (66) 3211-0410.

34.12. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Agente de Contratação ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição ([art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988](#)).

34.13. Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecida, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados ([Súmula nº 473 do STF](#) e [art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

34.14. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

34.15. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no [art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

34.16. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Agente de Contratação baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

34.17. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Agente de Contratação deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE REEXAMINAÇÃO:

- a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou
- b) manter inalterada a decisão recorrida.

34.18. Qualquer que seja a decisão do(a) Agente de Contratação, o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Agente de Contratação, à apreciação da Autoridade Superior ([art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), que poderá:



- a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Agente de Contratação; OU
- b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

34.19. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. ([art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

34.20. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no [art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

35. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

35.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do [art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#). Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

35.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

35.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

36. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

36.1. Nos termos do [art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

36.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

36.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

36.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

37. CONTRATAÇÃO

37.1. Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa vencedora do presente certame licitatório e beneficiária da adjudicação e homologação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.

37.2. Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula [“41 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”](#).



37.3. Como condição para a efetivação da contratação, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo VII da referida IN.

37.4. Nos termos do [art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o Instrumento de Contrato a ser assinado será conforme minuta constante no [Anexo VI](#).

37.5. A Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia do Instrumento de Contrato à futura contratada, devendo esta ser devolvida assinada digitalmente, sem qualquer modificação, juntamente com a comprovação da prestação da garantia de execução contratual em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no [art. 155, VI e/ou IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

37.6. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar o Instrumento de Contrato no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e em outras legislações aplicáveis ([art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

37.7. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá ([art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

- a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

37.8. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Instrumento de Contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei ([art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

37.9. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido ([art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

37.10. Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital ([art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

38. GARANTIA DE EXECUÇÃO

38.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

38.2. A garantia de execução contratual deverá ser apresentada **após a assinatura do contrato**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração

38.3. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

38.4. A ordem de início da execução contratual ficará condicionada à apresentação e aceitação da garantia de execução contratual pela Administração, nos casos em que esta for exigida nos termos do edital, sendo a execução formalmente autorizada por meio de ordem de serviço.



38.5. A não apresentação da garantia de execução contratual, quando exigida, caracterizará recusa injustificada à contratação, sujeitando a licitante às sanções previstas neste Edital, especialmente no item 39.

38.6. As demais condições relativas à forma de prestação, validade, cobertura, manutenção e liberação da garantia encontram-se detalhadas Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

39. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LICITAÇÃO

39.1. No caso de a licitante ou a contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no [art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no [art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

39.2. A recusa da licitante vencedora em formalizar a contratação respectiva no prazo estabelecido pela Administração, inclusive quando decorrente da não apresentação da garantia de execução contratual exigida, será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e neste Edital.

39.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

39.4. No caso de sanções de licitação, não será aplicada a penalidade de advertência e o impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

39.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

39.6. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do [art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

40. PROTEÇÃO DOS DADOS

40.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o [art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam cientes e fornecem consentimento para que a Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT, com base no previsto no [art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no [art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do [art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

40.2. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.



40.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

40.4. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

40.5. A Contratada obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

40.6. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (LGPD), na [Lei Complementar Federal nº 101, de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na [Lei Federal nº 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a Contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo Contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

41. DISPOSIÇÕES FINAIS

41.1. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

41.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília / DF.

41.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

41.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desta Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

41.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

41.6. É facultado ao(à) Agente de Contratação e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

41.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

41.8. Será divulgada ata da sessão pública no Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

41.9. Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

41.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

41.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

41.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

41.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

41.14. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa à presente Concorrência.

41.15. A Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

41.16. Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consular ou registrado em cartório de títulos e documentos.

41.17. Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido efetuada por profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

41.18. O horário de atendimento presencial do protocolo administrativo da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT é das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no horário oficial de Mato Grosso.

42. FORO

42.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Estadual em Pontes e Lacerda - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Primavera do Leste - MT, 26 de maio de 2026.

Elaborado por:

Brenda Grubert Gonçalves
Coordenadora de Licitações e Contratos
Portaria nº 289/2025

Aprovado por:

Marco Aurélio Sales Ferreira de Moraes
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 007/2026

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, sob o regime de empreitada por preço global, com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à completa execução do objeto.

1.2. A execução dos serviços deverá observar integralmente as pranchas, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo, constituindo tais documentos referência obrigatória para a formulação das propostas e para a execução contratual, observadas as exclusões expressamente previstas neste Termo de Referência.

1.3. O objeto compreende todas as etapas indispensáveis à implantação do projeto paisagístico aprovado, incluindo, mas não se limitando a:

1.3.1. Preparação, limpeza, correção e nivelamento do solo;

1.3.2. Fornecimento e plantio das espécies vegetais especificadas no projeto executivo, com observância das técnicas adequadas de plantio e manejo inicial;

1.3.3. Implantação de canteiros, áreas verdes, elementos paisagísticos e demais componentes previstos nas peças técnicas;

1.3.4. Fornecimento e instalação de revestimentos, mobiliários e demais elementos construtivos constantes no projeto;

1.3.5. Execução dos acabamentos necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso, funcionalidade, segurança e estética.

1.4. Fica expressamente excluída do presente objeto a etapa referente à revitalização e/ou substituição das calçadas existentes na área externa, a qual será objeto de contratação específica em procedimento próprio, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Fica igualmente expressamente excluída do presente objeto a etapa referente à confecção, fornecimento e instalação de logotipo(s) em ACM, ainda que eventualmente prevista nas peças técnicas originárias do Projeto Executivo, tendo em vista que a demanda já se encontra atendida por contratação administrativa específica realizada pela Câmara Municipal, vedada qualquer sobreposição de objeto ou duplicidade de despesa pública.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DO LESTE**

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Gramma Amendoim para cobertura vegetal rasteira	Unid.	13.000	6,30	81.900,00
2	Granilha branca, embalagem de 40kg	Unid.	42	75,63	3.176,46
3	Trapoeira roxa, altura de 15cm	Unid.	1.215	6,93	8.419,95
4	Moréia, altura de 60cm	Unid.	85	36,25	3.081,25
5	Cipreste piramidal, altura de 3,00m	Unid.	24	1.370,00	32.880,00
6	Palmeira Fênix, altura de 3,00m	Unid.	10	1.577,50	15.775,00
7	Jasmim estrela, altura de 50cm	Unid.	120	81,50	9.780,00
8	Xanadu, altura de 60cm	Unid.	75	157,50	11.812,50
9	Kaizuka, altura de 2,50m	Unid.	49	1.617,50	79.257,50
10	Sete Copas, altura de 1,60m	Unid.	12	340,00	4.080,00
11	Novinha, altura de 40cm	Unid.	24	115,00	2.760,00
12	Buxinho grande, altura de 60cm	Unid.	28	320,00	8.960,00
13	Buxinho médio, altura de 40cm	Unid.	36	95,00	3.420,00
14	Buxinho pequeno, altura de 20cm	Unid.	43	69,00	2.967,00
15	Espirradeira branca, altura de 1,50m	Unid.	10	82,00	820,00
16	Palmeira azul, altura de 2,00m	Unid.	03	3.075,00	9.225,00
17	Oliveira, altura de 2,00m	Unid.	10	4.700,00	47.000,00
18	Singônio, altura de 15cm	Unid.	280	60,00	16.800,00
19	Clúisia, altura de 80cm	Unid.	88	57,50	5.060,00
20	Vaso vietnamita, altura de 0,75m, diâmetro de 0,60m	Unid.	08	1.362,50	10.900,00
21	Jibóia, altura de 20cm	Unid.	172	78,50	13.502,00
22	Vaso para jardim vertical (0,50m x 0,30m)	Unid.	226	149,95	33.888,70
23	Limitador de grama, altura de 10cm	Metro linear	85,00	7,95	675,75
24	Substrato adubado – embalagem de 20L	Pacotes	102	58,00	5.916,00
25	Fertilizante granulado – embalagem de 50kg	Pacotes	04	522,50	2.090,00
26	Casca de pinus – embalagem de 33L	Pacotes	145	97,30	14.108,50
27	Serviço de paisagismo (mão de obra)	Unid.	01	72.630,00	72.630,00
28	Granito preto São Gabriel	m²	71,76	1.695,00	121.633,20
29	Serviço de instalação de granito (mão de obra)	Unid.	01	47.361,60	47.361,60
30	Fita de LED neon externa 20W, 3.000K	Metro	262,00	60,00	15.720,00
31	Fonte externa IP67	Unid.	42,00	565,00	23.730,00
32	Serviço de instalação de iluminação (mão de obra)	Unid.	01	30.000,00	30.000,00
33	Bancos metálicos com ripado em alumínio	Unid.	10	7.900,00	79.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 818.330,41 (oitocentos e dezoito mil, trezentos e trinta reais e quarenta e um centavos).					



2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, e art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. No regime de empreitada por preço global, a contratada assumirá a responsabilidade pela execução integral do objeto pelo valor total proposto, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive materiais, insumos, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, equipamentos, transporte, tributos, taxas, seguros, administração, riscos e demais despesas correlatas.

2.3. A adoção do regime de empreitada por preço global justifica-se em razão da existência de Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística devidamente elaborado e aprovado, com definição precisa de quantitativos, especificações técnicas e escopo dos serviços, o que permite a adequada precificação global do objeto e reduz o risco de alterações contratuais supervenientes.

2.4. Eventuais alterações contratuais somente poderão ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica formal e observância dos limites legais aplicáveis.

2.5. A contratada responderá integralmente pela correta execução do objeto, assumindo os riscos ordinários inerentes à atividade contratada, inclusive aqueles decorrentes de erros na estimativa de custos, excetuadas as hipóteses legalmente caracterizadas como fato imprevisível, força maior ou caso fortuito.

3. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto da presente contratação enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e Projeto Executivo previamente elaborado.

3.2. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade **Concorrência**, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 28, inciso II, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum de engenharia.

3.3. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto possui escopo técnico integralmente definido em projeto executivo, não havendo variação relevante de natureza técnica entre as propostas, mas essencialmente competitividade pelo valor global ofertado.



3.4. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, conforme disposto no art. 6º, inciso XXIX, e art. 46 da Lei nº 14.133/2021, em razão da definição prévia e detalhada dos quantitativos e especificações constantes no Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística.

3.5. Não se aplica à presente contratação o regime de contratação integrada ou semi-integrada, tendo em vista que o projeto executivo encontra-se previamente elaborado e aprovado pela Administração.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A presente contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, aplicando-se, especialmente, os dispositivos relativos à contratação de serviços comuns de engenharia.

4.2. Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes nos seguintes dispositivos da Lei nº 14.133/2021:**

4.2.1. Art. 6º, incisos XXI e XXIX, quanto à definição de serviço comum de engenharia e regime de empreitada por preço global;

4.2.2. Art. 18, quanto à fase preparatória da contratação;

4.2.3. Arts. 28 e 29, quanto à modalidade concorrência e sua forma eletrônica;

4.2.4. Art. 33, inciso I, quanto ao critério de julgamento pelo menor preço;

4.2.5. Art. 46, quanto aos regimes de execução;

4.2.6. Arts. 92 a 96, quanto às cláusulas necessárias do contrato e à garantia de execução;

4.2.7. Arts. 117 e seguintes, quanto à gestão e fiscalização contratual;

4.2.8. Arts. 137 a 139, quanto às hipóteses de alteração contratual;

4.2.9. Arts. 155 a 163, quanto às infrações e sanções administrativas.

4.3. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as normas de direito público e os princípios gerais da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como os princípios específicos das contratações públicas estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Integram ainda o arcabouço normativo da presente contratação as normas técnicas pertinentes à execução de serviços de paisagismo, as resoluções dos conselhos profissionais competentes (CAU/CREA) relativas à responsabilidade técnica, bem como a legislação ambiental aplicável.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



5.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, etapa essencial para a conclusão do conjunto arquitetônico e urbanístico da sede do Poder Legislativo Municipal.

5.2. A área externa do prédio encontra-se em processo de requalificação em decorrência das obras de reforma e adequação estrutural já executadas, tornando indispensável a execução do projeto paisagístico aprovado, a fim de assegurar a adequada integração estética, funcional e ambiental dos espaços externos ao complexo institucional.

5.3. O Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística foi devidamente elaborado por profissional habilitado, com Registro de Responsabilidade Técnica ativo junto ao conselho competente, contemplando especificações técnicas detalhadas, quantitativos definidos e cronograma físico-financeiro, o que viabiliza a execução do objeto com previsibilidade técnica e orçamentária.

5.4. A implantação do paisagismo institucional visa promover a valorização do patrimônio público, melhoria da ambiência externa, incremento da funcionalidade dos espaços de circulação e convivência, além de proporcionar condições adequadas de conforto ambiental, organização e segurança aos usuários.

5.5. A Câmara Municipal não dispõe de estrutura técnica, equipe especializada ou recursos operacionais próprios suficientes para a execução direta dos serviços de paisagismo, razão pela qual se impõe a contratação de empresa especializada, capaz de executar o objeto com observância às especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos estabelecidos.

5.6. Durante a execução das obras de reforma foram identificados danos estruturais nas calçadas existentes, decorrentes de intervenções nos sistemas de irrigação e combate a incêndio, circunstância que demandará avaliação técnica específica e eventual substituição integral dessas estruturas, motivo pelo qual tais serviços foram formalmente excluídos do presente escopo, sendo objeto de futura contratação autônoma.

5.7. Após reavaliação administrativa do escopo inicialmente concebido no Projeto Executivo, verificou-se que a demanda referente à confecção, fornecimento e instalação de logotipo(s) institucional(is) em ACM já se encontra suprida por contratação específica formalizada pela Câmara Municipal, razão pela qual referido item foi excluído do presente procedimento, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vedação à duplicidade de contratação para o mesmo objeto.

5.8. A contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações – PAC, estando alinhada ao planejamento institucional e à programação orçamentária da Câmara Municipal.



5.9. Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento do interesse público, sendo a solução mais eficiente para a implantação integral do projeto paisagístico aprovado, observadas as exclusões expressamente definidas neste Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para a execução integral dos serviços de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, equipamentos e demais recursos necessários à completa execução do objeto, observadas as exclusões expressamente previstas neste Termo de Referência.

6.2. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as pranchas técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro que integram o Projeto Executivo aprovado, não sendo admitidas alterações que descaracterizem as soluções técnicas originalmente definidas, salvo mediante autorização formal da Administração, bem como ressalvados os itens formalmente excluídos do escopo contratual.

6.3. A solução contempla todas as etapas necessárias à implantação do paisagismo institucional, incluindo preparação e correção do solo, fornecimento e plantio de espécies vegetais, implantação de canteiros e áreas verdes, instalação de elementos paisagísticos, revestimentos, mobiliários e acabamentos finais, conforme especificações técnicas constantes nos anexos do processo.

6.4. Não integra a presente solução a execução de serviços relativos à revitalização ou substituição de calçadas existentes, tampouco a confecção, fornecimento ou instalação de logotipo(s) institucional(is) em ACM, por se tratarem de demandas destacadas do escopo desta contratação.

6.5. A contratação será executada sob o regime de empreitada por preço global, permitindo maior controle orçamentário, previsibilidade de custos e mitigação de riscos de alterações contratuais, em razão da existência de Projeto Executivo detalhado e de quantitativos previamente definidos.

6.6. A solução ora descrita apresenta-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente segura, permitindo a conclusão qualificada dos espaços externos da sede do Poder Legislativo Municipal, com valorização estética, ambiental e institucional do patrimônio público.



6.7. A execução será realizada de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, em razão da inexistência de estrutura técnica e operacional própria da Câmara Municipal para execução direta dos serviços com o nível de especialização, qualidade e eficiência exigidos.

7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA

7.1.1. As espécies vegetais fornecidas e implantadas deverão obedecer rigorosamente às dimensões, portes, alturas e demais características estabelecidas no Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, não sendo admitida a entrega de mudas ou exemplares em desacordo com os padrões especificados, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração.

7.1.2. Caberá à fiscalização verificar, no ato da implantação e para fins de medição e recebimento, a conformidade das espécies vegetais com as dimensões previstas em projeto, podendo rejeitar aquelas que não atendam aos requisitos técnicos estabelecidos.

7.3. Serviços Preliminares

7.3.1. Limpeza da área, retirada de resíduos e preparação do terreno para implantação do paisagismo;

7.3.2. Correção, nivelamento e adequação do solo conforme especificações técnicas;

7.3.3. Execução de serviços de escavação, recomposição e compactação, quando necessários.

7.4. Implantação de Áreas Verdes e Espécies Vegetais

7.4.1. Fornecimento e plantio das espécies vegetais constantes no Projeto Executivo, observando-se porte, qualidade fitossanitária, procedência adequada e compatibilidade climática;

7.4.2. Execução de cova obedecendo o projeto executivo de irrigação, adubação, aplicação de corretivos e demais técnicas necessárias ao adequado desenvolvimento das espécies;

7.4.3. Implantação de gramados e forrações conforme especificação técnica (obedecendo o projeto executivo de irrigação);

7.4.4. Irrigação inicial e manejo adequado até o recebimento definitivo.

7.5. Elementos Paisagísticos e Componentes Construtivos

7.5.1. Implantação de canteiros, bordaduras, caminhos e demais elementos previstos nas pranchas técnicas, observando-se o Projeto Executivo de irrigação quando aplicável;

7.5.2. Fornecimento e instalação de revestimentos em pedra natural ou materiais especificados;

7.5.3. Fornecimento e instalação de mobiliários urbanos e demais elementos decorativos previstos no projeto, desde que compatíveis com o escopo definido neste Termo de Referência;

7.5.4. Ficam excluídos desta contratação os serviços de confecção, fornecimento e instalação de logotipo(s) institucional(is) em ACM, ainda que eventualmente mencionados nas peças técnicas



originárias do Projeto Executivo, prevalecendo, para fins contratuais, as disposições deste Termo de Referência.

7.6. Padrões de Qualidade dos Materiais

7.6.1. Todos os materiais e insumos deverão ser novos, de primeira qualidade, atendendo às especificações técnicas constantes no Projeto Executivo;

7.6.2. As espécies vegetais deverão apresentar padrão fitossanitário adequado, livre de pragas e doenças;

7.6.3. A Administração poderá exigir amostras ou comprovação de procedência dos materiais antes da aplicação.

7.7. Responsabilidade Técnica

7.7.1. A contratada deverá apresentar Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) referente à execução dos serviços, devidamente registrada junto ao conselho profissional competente;

7.7.2. O responsável técnico deverá acompanhar a execução dos serviços durante todo o período contratual.

7.8. Exclusões do Escopo

7.8.1. Não integram a presente contratação os serviços relativos à revitalização ou substituição das calçadas existentes na área externa, os quais serão objeto de procedimento específico.

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1. O valor estimado da presente contratação foi apurado com base no orçamento detalhado integrante do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, elaborado por profissional habilitado, contendo a discriminação dos quantitativos, composições de custos unitários, insumos, materiais, mão de obra e demais encargos necessários à execução integral do objeto, observadas as adequações de escopo promovidas pela Administração, totalizando o montante de **R\$ 818.330,41** (oitocentos e dezoito mil, trezentos e trinta reais e quarenta e um centavos).

8.2. Considerando o desmembramento da etapa referente à revitalização e/ou substituição das calçadas existentes, a qual será objeto de contratação específica em procedimento próprio, bem como a exclusão dos serviços relativos à confecção, fornecimento e instalação de logotipo(s) institucional(is) em ACM, o valor estimado para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência corresponderá ao montante resultante da planilha orçamentária atualizada que instruirá o procedimento licitatório.

8.3. O setor técnico competente deverá promover a revisão e consolidação das planilhas orçamentárias, com a supressão dos itens não integrantes do escopo contratual, assegurando



compatibilidade entre o orçamento estimado, o memorial descritivo, o cronograma físico-financeiro e as disposições deste Termo de Referência.

8.4. A estimativa observará os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando referências técnicas de mercado, composições oficiais de custos, compatibilidade com valores praticados em contratações similares e coerência com a realidade local.

8.5. O valor estimado constituirá referência para fins de julgamento das propostas, não implicando obrigação da Administração em contratar pelo valor máximo apurado, prevalecendo o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO	01	CÂMARA MUNICIPAL
UND. ORÇAMENTÁRIA	01.00.1	ADMINISTRAÇÃO GERAL
UNIDADE EXECUTORA	01.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	01.031.0001.1001	AMPLIAÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL
FICHA	01	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
DESPESA/FONTE	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
FONTE	1.500	***

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1. O prazo para execução integral do objeto será de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

10.2. O prazo estabelecido no subitem anterior contempla todas as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro integrante do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, incluindo serviços preliminares, preparação do solo, plantio e implantação paisagística, fornecimento e aplicação de revestimentos em pedra natural, instalação de iluminação



paisagística, instalação de mobiliários urbanos, bem como os serviços finais de acabamento, observadas as exclusões expressamente previstas neste Termo de Referência.

10.3. A execução deverá observar a sequência lógica das etapas descritas no Cronograma Físico-Financeiro, o qual integra este Termo de Referência como documento vinculante para fins de planejamento, fiscalização, medição e pagamento, ressalvados os itens formalmente excluídos do escopo contratual.

10.4. O cronograma poderá ser ajustado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aprovação formal da Administração, desde que não haja alteração do prazo global contratual, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5. O descumprimento injustificado do prazo contratual sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração especialmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Será formalmente designado gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, controle de prazos, verificação do cumprimento das obrigações assumidas, gestão de eventuais ocorrências e adoção das providências administrativas necessárias.

11.3. Será designado fiscal do contrato, com atribuição de acompanhar e fiscalizar tecnicamente a execução dos serviços, verificando a conformidade com o Projeto Executivo, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo.

11.4. Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições:

11.4.1. Acompanhar a execução dos serviços in loco, verificando a qualidade dos materiais empregados e a correta execução das etapas previstas;

11.4.2. Conferir as medições apresentadas pela contratada, atestando sua conformidade para fins de pagamento;

11.4.3. Registrar em relatório próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

11.4.4. Solicitar correções de serviços executados em desconformidade com o projeto ou com as normas técnicas aplicáveis;



11.4.5. Comunicar ao gestor do contrato qualquer irregularidade que possa ensejar aplicação de penalidades ou adoção de medidas administrativas.

11.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade dos materiais e serviços empregados.

11.6. A contratada deverá manter preposto formalmente designado durante a execução contratual, com poderes para representá-la perante a Administração e para tomar decisões relacionadas à execução dos serviços.

11.7. A substituição do responsável técnico da contratada somente poderá ocorrer mediante prévia anuência da Administração e apresentação de profissional com qualificação equivalente, acompanhada da respectiva ART ou RRT.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A medição dos serviços será realizada por etapas concluídas, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro integrante do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, observando-se o regime de empreitada por preço global.

12.2. As medições somente serão efetuadas após a efetiva execução dos serviços correspondentes à etapa prevista no cronograma, devidamente verificada e atestada pelo fiscal do contrato.

12.3. Para fins de medição, a contratada deverá apresentar relatório detalhado dos serviços executados no período, acompanhado de registros fotográficos, documentos técnicos comprobatórios e demais elementos que permitam a verificação da conformidade com o projeto executivo.

12.4. O pagamento será realizado proporcionalmente às etapas concluídas, de acordo com os percentuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, após o ateste formal do fiscal e autorização do gestor do contrato.

12.5. Não serão admitidos pagamentos por serviços não executados, executados parcialmente ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas.

12.6. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada, após a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, na forma da legislação vigente.



12.7. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal pelo setor competente.

12.8. Em caso de incorreções na documentação apresentada, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

12.9. Eventuais glosas decorrentes de serviços executados em desconformidade com o projeto executivo ou com as especificações técnicas poderão ser realizadas pela Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

13.1. Concluída a execução dos serviços, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração para fins de realização de vistoria e recebimento provisório do objeto.

13.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal da conclusão dos serviços, após verificação da conformidade com o Projeto Executivo, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

13.3. Caso sejam constatadas irregularidades, falhas ou serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização.

13.4. O recebimento definitivo será efetuado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que sanadas todas as pendências eventualmente apontadas.

13.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços executados, nem afasta a responsabilidade por vícios ocultos ou defeitos verificados posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

13.6. Para fins de recebimento definitivo, a contratada deverá apresentar:

13.6.1. Certidão ou comprovante de regularidade da responsabilidade técnica (ART ou RRT) referente à execução;

13.6.2. Relatório final dos serviços executados, contendo registros fotográficos e documentação comprobatória;

13.6.3. Comprovação da correta destinação de resíduos eventualmente gerados durante a execução.



13.7. O recebimento definitivo constitui condição para encerramento das obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da contratada.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, a qual deverá ser apresentada após a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

14.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da contratada:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária;

14.3. No caso de seguro-garantia, a apólice deverá observar as disposições do art. 97 da Lei nº 14.133/2021, devendo prever cobertura para inadimplemento contratual, multas aplicadas e demais prejuízos causados à Administração.

14.4. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência contratual, estendendo-se até o recebimento definitivo do objeto.

14.5. A garantia responderá pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto a multas, indenizações e demais encargos decorrentes da execução contratual.

14.6. A garantia será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendências ou obrigações contratuais remanescentes.

14.7. Na hipótese de prorrogação do contrato, a contratada deverá renovar ou complementar a garantia, de forma a manter o percentual exigido sobre o valor atualizado do contrato.

15. DO REAJUSTE:

15.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses da data da proposta (dia de abertura do certame licitatório) nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.



15.2. Para fins de aplicação do reajuste, será adotado índice setorial compatível com a natureza dos serviços de engenharia contratados, preferencialmente o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

15.3. O reajuste será calculado mediante aplicação da variação acumulada do índice adotado sobre o saldo contratual remanescente, observada a periodicidade mínima legal.

15.4. Não haverá reajuste durante o prazo inicial de execução contratual de 120 (cento e vinte) dias, salvo na hipótese de prorrogação contratual que ultrapasse o período de 12 (doze) meses da data-base.

15.5. O reajuste deverá ser formalizado por meio de termo aditivo, mediante requerimento da contratada e comprovação do direito, observadas as disposições legais aplicáveis.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O contrato decorrente da presente contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

16.2. A vigência contratual compreende o período necessário à execução do objeto, ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, ao recebimento provisório e definitivo, bem como à adoção de eventuais providências administrativas decorrentes da execução contratual.

16.3. O prazo de execução dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias, conforme disposto no item 10 deste Termo de Referência, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

16.4. A vigência poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e interesse da Administração, mantidas as condições contratuais e observados os limites legais aplicáveis.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com o Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as exclusões expressamente previstas neste Termo de Referência.

17.2. Fornecer toda a mão de obra qualificada, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços abrangidos pelo escopo contratual.

17.3. Designar responsável técnico devidamente habilitado e registrado no conselho profissional competente, apresentando a respectiva ART ou RRT de execução antes do início dos serviços.



17.4. Manter responsável técnico e preposto formalmente designado durante toda a execução contratual, com poderes para representá-la perante a Administração.

17.5. Cumprir rigorosamente o prazo de execução estabelecido no contrato e no cronograma físico-financeiro aprovado.

17.6. Utilizar materiais novos, de primeira qualidade, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Projeto Executivo e neste Termo de Referência.

17.7. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços executados, promovendo, às suas expensas, a correção de falhas, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas pela fiscalização.

17.8. Observar as normas técnicas aplicáveis, bem como a legislação ambiental, trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho vigente.

17.9. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade nesse sentido.

17.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

17.11. Permitir e facilitar o acesso da fiscalização da Administração ao local de execução dos serviços, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

17.12. Providenciar a adequada destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

17.13. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

17.14. Substituir imediatamente qualquer empregado ou preposto cuja atuação seja considerada inadequada pela Administração, mediante solicitação formal.

17.15. Garantir o pleno estabelecimento das espécies vegetais implantadas, responsabilizando-se pela manutenção inicial e substituição de mudas que não apresentem adequado desenvolvimento, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias após o plantio.

17.15.1. Durante o período de estabelecimento, a contratada deverá realizar os tratos culturais necessários, incluindo orientação quanto à correta programação da irrigação, adubação, controle



de pragas e demais intervenções técnicas indispensáveis à sobrevivência e desenvolvimento das espécies.

17.16. A contratada não será responsável pela execução de serviços formalmente excluídos do objeto desta contratação, especialmente aqueles relativos à revitalização/substituição de calçadas e à confecção, fornecimento ou instalação de logotipo(s) institucional(is) em ACM, ressalvada eventual contratação autônoma e específica pela Administração.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Fornecer à contratada todos os documentos técnicos necessários à execução do objeto, incluindo Projeto Executivo, memoriais descritivos, pranchas técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

18.3. Permitir o acesso da contratada às áreas onde serão executados os serviços, garantindo condições adequadas para o início e desenvolvimento das atividades.

18.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a conformidade com as especificações técnicas e comunicando formalmente eventuais irregularidades.

18.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, após o devido ateste da execução.

18.6. Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, vícios ou irregularidades constatadas na execução contratual, concedendo prazo para saneamento.

18.7. Aplicar as penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais.

18.8. Prestar os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados pela contratada.

18.9. Receber provisória e definitivamente o objeto, após verificação da conformidade dos serviços executados.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração e limitada às parcelas que não constituam o núcleo essencial da contratação.



19.2. Considera-se núcleo essencial da contratação a responsabilidade técnica pela execução do projeto paisagístico e a coordenação geral dos serviços, não sendo admitida sua subcontratação integral.

19.3. A subcontratação não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, permanecendo responsável perante a Administração por todos os atos praticados pelos subcontratados.

19.4. A contratada deverá apresentar previamente à Administração a qualificação técnica da empresa ou profissional a ser subcontratado, demonstrando compatibilidade com a parcela do serviço a ser executada.

19.5. Não será admitida subcontratação que implique transferência total do objeto ou que descaracterize o regime de empreitada por preço global.

19.6. A Administração poderá recusar justificadamente a subcontratação pretendida, caso verifique prejuízo à execução contratual ou ausência de qualificação técnica adequada.

20. DA HABILITAÇÃO

20.1. Habilitação Jurídica

20.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

20.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações ou consolidação;

20.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

20.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

20.2. Habilitação Técnica

20.2.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional competente (CAU ou CREA), em plena validade.

20.2.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente contratação.



20.2.3. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de certidões ou atestado(s) regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo), acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) projeto(s) com característica(s) similar/semelhante ao objeto ora licitado, **em montante mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade descrita no.**

20.2.4. Indicação formal do responsável técnico pela execução dos serviços, com comprovação de vínculo com a empresa licitante.

20.2.5. Declaração de que dispõe de equipe técnica e equipamentos adequados à execução do objeto.

20.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

20.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

20.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

20.3.3. Certidão de regularidade relativa ao FGTS;

20.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

20.3.5. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

20.4. Habilitação Econômico-Financeira

20.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

20.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

20.4.3. Comprovação de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, na forma a ser definida no edital, compatíveis com a execução do objeto.

20.4.4. Comprovação de Capital ou de Patrimônio Líquido **mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.** ([art. 69, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

21. DA VISTORIA TÉCNICA



21.1. A realização de vistoria técnica ao local de execução dos serviços será facultativa, recomendada às licitantes para conhecimento pleno das condições físicas, ambientais e operacionais da área onde será implantado o projeto paisagístico.

21.2. A vistoria poderá ser realizada mediante agendamento prévio junto ao Setor competente da Câmara Municipal, em horário previamente definido, até dois dias úteis anterior à data da sessão pública.

21.3. A licitante que optar pela realização da vistoria deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, o Atestado de Vistoria Técnica, conforme modelo constante em anexo ao edital.

21.4. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das condições locais, assumindo total responsabilidade pela execução dos serviços e por eventuais custos decorrentes de desconhecimento das condições do local.

21.5. A não realização da vistoria não poderá ser invocada como fundamento para pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo ou qualquer alegação de desconhecimento das condições do local de execução.

21.6. A vistoria não substitui a obrigação da licitante de analisar integralmente o Projeto Executivo, memoriais descritivos, pranchas técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo licitatório.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a mesma às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

22.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

22.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.2.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

22.2.3. Executar o objeto em desacordo com as especificações técnicas constantes no Projeto Executivo e neste Termo de Referência;

22.2.4. Retardar injustificadamente o início ou a conclusão dos serviços;

22.2.5. Não manter as condições de habilitação durante a execução contratual;



22.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo à Administração Pública.

22.2.7. Não apresentar a garantia de execução contratual, quando exigida, caracterizando recusa injustificada à contratação.

22.3. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

22.3.1. Advertência;

22.3.2. Multa;

22.3.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

22.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.4. A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses, sem prejuízo das demais sanções:

22.4.1. Multa moratória, pelo atraso injustificado na execução dos serviços, incidente sobre o valor da parcela inadimplida;

22.4.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor total do contrato.

22.5. O percentual das multas será definido no instrumento contratual, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

22.6. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração, observado o devido processo administrativo.

22.7. A aplicação das penalidades não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

23. DA SUSTENTABILIDADE

23.1. A execução do objeto deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, promovendo o uso racional de recursos naturais e a minimização de impactos ambientais.

23.2. A contratada deverá adotar práticas ambientalmente responsáveis durante a execução dos serviços, incluindo:

23.2.1. Utilização racional de água, insumos, fertilizantes e materiais;

23.2.2. Correta destinação dos resíduos eventualmente gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;



23.2.3. Proteção da vegetação existente que não integre o escopo da intervenção;

23.2.4. Execução de técnicas adequadas de preparo do solo, evitando erosão e degradação ambiental;

23.2.5. Observância das normas ambientais municipais, estaduais e federais aplicáveis.

23.3. As espécies vegetais a serem implantadas deverão ser compatíveis com as condições climáticas locais, priorizando plantas adaptadas à região, com menor demanda de manutenção e consumo hídrico, conforme previsto no Projeto Executivo.

23.4. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais com maior durabilidade e menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do empreendimento.

23.5. A contratada será responsável por eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação, devendo promover as medidas corretivas necessárias, sem ônus para a Administração.

24. DA MATRIZ DE RISCOS

24.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, estabelece-se a presente Matriz de Riscos, com a finalidade de alocar de forma objetiva os riscos inerentes à execução contratual, conferindo maior previsibilidade, segurança jurídica e equilíbrio econômico-financeiro ao contrato.

24.2. Para fins deste instrumento, consideram-se riscos os eventos futuros e incertos que possam impactar o prazo, o custo ou a qualidade da execução do objeto.

24.3. Riscos Alocados à Contratada

24.3.1. Erros na formação do preço, inclusive subestimativa de custos diretos ou indiretos.

24.3.2. Aumento ordinário de preços de insumos, materiais ou mão de obra dentro das variações normais de mercado.

24.3.3. Perdas de mudas ou espécies vegetais decorrentes de falha no plantio, manejo inadequado ou erro técnico.

24.3.4. Danos causados por empregados ou prepostos da contratada.

24.3.5. Atrasos decorrentes de falha operacional, logística ou gestão interna da contratada.

24.3.6. Substituição de materiais rejeitados pela fiscalização por estarem em desacordo com as especificações técnicas.

24.4. Riscos Alocados à Administração



24.4.1. Atraso na emissão da Ordem de Serviço.

24.4.2. Alterações de escopo determinadas unilateralmente pela Administração.

24.4.3. Interferências estruturais não previstas no Projeto Executivo e não identificáveis previamente por meio de vistoria técnica.

24.4.4. Atraso no pagamento das medições devidamente atestadas.

24.5. Riscos Compartilhados

24.5.1. Eventos climáticos excepcionais e imprevisíveis que ultrapassem a média histórica da região e impactem diretamente a execução dos serviços.

24.5.2. Caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

24.6. A ocorrência de riscos alocados à contratada não ensejará reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação de prazo, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

24.7. A ocorrência de riscos alocados à Administração poderá ensejar revisão contratual ou prorrogação de prazo, mediante comprovação do impacto direto na execução do objeto.

24.8. Os riscos classificados como compartilhados serão analisados caso a caso, mediante comprovação técnica e avaliação do nexo causal entre o evento e o impacto contratual

25. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

25.1. A contratada deverá observar, no âmbito da execução do contrato, todas as disposições aplicáveis da **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, garantindo a proteção dos dados pessoais de quaisquer cidadãos, servidores ou terceiros, sob sua guarda, coleta, processamento, uso, armazenamento ou compartilhamento.

25.2. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se dados pessoais todas as informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, nos termos do art. 5º da Lei nº 13.709/2018.

25.3. A contratada, quando do tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, atuará na qualidade de **operadora ou controladora**, conforme definido nos arts. 5º, inciso X e XIII, e art. 7º da Lei nº 13.709/2018, responsabilizando-se por:

25.3.1. Adotar medidas de proteção, de natureza técnica e administrativa, capazes de proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;



25.3.2. Assegurar que o tratamento de dados pessoais seja realizado estritamente para os fins relacionados à execução do objeto contratual, observando os princípios de necessidade, adequação, transparência, segurança, prevenção e não discriminação;

25.3.3. Manter registros das operações de tratamento de dados pessoais sob sua responsabilidade, na forma do art. 37 da Lei nº 13.709/2018;

25.3.4. Adotar políticas internas e mecanismos de governança que preservem os direitos dos titulares de dados, incluindo, quando aplicável, a facilitação do exercício dos direitos previstos no art. 18 da Lei nº 13.709/2018;

25.3.5. Comunicar à Administração e, se for o caso, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e aos titulares, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

25.4. A contratada não poderá utilizar dados pessoais sob qualquer pretexto diverso do previsto no objeto contratual, salvo mediante autorização expressa da Administração e em conformidade com a legislação vigente.

25.5. A inobservância das disposições da Lei nº 13.709/2018 sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação aplicável, sem prejuízo das sanções administrativas já previstas neste instrumento ou no contrato.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, servindo de base para a elaboração do instrumento convocatório e do contrato administrativo.

26.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, memoriais descritivos, pranchas técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos constantes do processo administrativo, desde que compatíveis com o escopo definido neste instrumento.

26.3. Eventuais omissões, divergências ou incompatibilidades entre os documentos técnicos deverão ser submetidas à análise da Administração, prevalecendo, para fins de licitação, execução contratual, medição e pagamento, as disposições constantes deste Termo de Referência.

26.4. Para fins de interpretação do escopo contratado, consideram-se expressamente excluídos os serviços e etapas formalmente retirados do objeto, ainda que eventualmente mencionados em documentos técnicos originários, especialmente aqueles relativos à revitalização ou substituição



de calçadas existentes e à confecção, fornecimento ou instalação de logotipo(s) institucional(is) em ACM.

26.5. A participação na licitação implica pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, observada a prevalência deste instrumento em caso de conflito interpretativo quanto ao escopo da contratação.

26.6. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e na legislação aplicável à matéria.

26.7. Este Termo de Referência poderá ser ajustado ou complementado até a publicação do edital, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada.

27. APÊNDICES:

APÊNDICE I - CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO;

APÊNDICE II- MEMORIAL DESCRITIVO;

APÊNDICE III- PROJETO EXECUTIVO EM PDF.

Primavera do Leste – MT, 18 de maio de 2026.

Elaborado por:

Yael Catharine Brandão da Silva Setor de Compras - Portaria nº 309/2025 Ass. de Proc. Licitatórios - nº 155/2025	Flávia Daniela da Silva Setor de Compras - Portaria nº 309/2025 Assessora Legislativa – Portaria nº 007/2025
---	---



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência nº 01/2026, declara, sob as penas da lei, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988](#);
- d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no [art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991](#) ([art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À
Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT
A/C Agente de Contratação da Concorrência nº 01/2026
Primavera do Leste - Mato Grosso

PROPOSTA

O proponente a seguir identificado:

Razão Social:		
CNPJ:	Nome Fantasia:	
Logradouro:		Número:
Complemento:	Bairro:	
Cidade:		CEP:
Telefone Fixo:	Email:	
Banco:	Agência:	Conta:
Representante:		Telefone Celular:

Em atendimento ao disposto na Concorrência nº 01/2026, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a executar os serviços objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

Item	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total

E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Data e Local

Nome completo e Assinatura do proponente



ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA CÂMARA)

Processo Administrativo nº 08/2026

Concorrência Eletrônica nº 01/2026

Declaro para fins de direito e em atendimento ao art. 63, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____ – _____ - _____, através de seu representante técnico o Engº. _____, **CREA/UF nº _____**, esteve nos locais onde serão executados os serviços de implantação do projeto paisagístico referente à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de implantação do projeto de paisagismo na área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, conforme previsto no edital e seus anexos, tendo realizado vistoria e tomado pleno conhecimento de todas as informações e condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações do objeto do certame. Declara, ainda, que a visita realizada e os elementos obtidos são suficientes para a elaboração da proposta e execução dos serviços, de modo que não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento, omissões ou insuficiência de informações, tampouco pleitos de acréscimos de serviços ou materiais não previstos na proposta.

Primavera do Leste - MT, ____ de _____ de 2026.

Nome Completo do(a) Servidor(a) da Câmara

Matrícula do(a) Servidor(a)



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES, CONDIÇÕES E
LOCAIS PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

Órgão Público: Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT
Concorrência Eletrônica nº 01/2026.

A Empresa _____, com sede na
Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____ na cidade de
_____ Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº
_____, neste ato representada pelo seu Sócio gerente/Administrador o Sr.
_____, **DECLARA, para fins de direito, em**
atendimento ao art. 67, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que tem pleno conhecimento de todas
as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto em questão, e ainda, que
aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere o referido
edital.

DECLARO mais, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o(s) local(is) onde deve ser elaborado o
estudo preliminar para a **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de
implantação do projeto de paisagismo na área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste**
– MT, por opção própria, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no
Edital e seus Anexos, e que, ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais
prejuízos em virtude da minha omissão na verificação das condições dos locais de execução do objeto do
referido certame licitatório.

DECLARO outrossim, estar ciente de que os quantitativos apresentados utilizados na elaboração
da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por
parte da empresa quanto a estes valores.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

[local], _____, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome do representante legal da empresa



ANEXO VI - MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XXX/XXX PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
EXECUTIVO DE ARQUITETURA
PAISAGÍSTICA DA ÁREA EXTERNA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
DO LESTE – MT.**

O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE - MT, por intermédio da **CÂMARA MUNICIPAL**, inscrita no CGC/CNPJ MF com o n. 24.672.727/0001-83, com sede na Avenida Primavera nº. 300 CEP: 78.850-000 Primavera do Leste - MT, neste ato representado pelo Vereador **PRESIDENTE MARCO AURÉLIO SALES FERREIRA DE MORAES** doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediado(a) na _____ em _____ doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08/2026 e em observância às disposições da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 01/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO ([art. 92, I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de implantação do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística da área externa da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT**, conforme quadro a seguir:

1.2. Fica expressamente excluída do objeto do presente contrato as seguintes etapas:

- I. Revitalização e/ou substituição das calçadas existentes na área externa, a qual será objeto de contratação específica em procedimento próprio, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar;**
- II. A execução, confecção, instalação ou fornecimento da logo institucional em ACM (Aluminium Composite Material), ainda que eventualmente mencionada em projetos, memoriais descritivos, pranchas técnicas ou documentos acessórios, por já possuir a Administração solução contratual específica para tal finalidade.**

1.3. Fazem parte integrante do presente Termo de Contrato e a ele se vinculam, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência nº 06/2026;
- b) O Edital da Concorrência nº 01/2026;
- c) A Proposta da Contratada;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.



2.2. A vigência contratual compreende o período necessário à execução do objeto, ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, ao recebimento provisório e definitivo, bem como à adoção de eventuais providências administrativas decorrentes da execução contratual, observando-se a execução conforme o cronograma físico-financeiro aprovado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O prazo de execução dos serviços será de até **120 (cento e vinte) dias**, contados da emissão da Ordem de Serviço, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

2.4. A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à apresentação da garantia de execução, quando exigida, nos termos deste instrumento.

2.5. A vigência poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas na legislação aplicável, mediante justificativa formal e interesse da Administração.

2.6. A prorrogação contratual não constitui direito subjetivo da Contratada.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

3.1. O presente Termo de Contrato se vincula à [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e, subsidiariamente, às seguintes leis:

- a) [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#) (Estatuto Nacional da Microempresa e Pequena Empresa);
- b) [Lei Federal nº 10.406, de 2002](#) (Código Civil);
- c) [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor);
- d) [Lei Federal nº 12.846, de 2013](#) (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências);
- e) [Lei Federal nº 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação);
- f) [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

4. REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global ([art. 6º, inciso XXIX](#), e [art. 46, II](#), da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5. SUBCONTRATAÇÃO (art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 5.1.** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, limitada às parcelas que não constituam o núcleo essencial da contratação.
- 5.2.** É vedada a subcontratação das parcelas que constituam o núcleo essencial da contratação, especialmente aquelas relacionadas à responsabilidade técnica e à coordenação geral dos serviços, conforme definido no Termo de Referência. Considera-se núcleo essencial a responsabilidade técnica pela execução do projeto paisagístico e a coordenação geral dos serviços, não sendo admitida sua subcontratação integral.
- 5.3.** A contratada deverá apresentar previamente à Administração a qualificação técnica da empresa ou profissional a ser subcontratado, demonstrando compatibilidade com a parcela do serviço a ser executada.
- 5.4.** A subcontratação não exclui a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto contratual, permanecendo responsável perante a Administração por todos os atos praticados por seus subcontratados.
- 5.5.** Não será admitida subcontratação que implique transferência total do objeto ou que descaracterize o regime de empreitada por preço global.
- 5.6.** A Administração poderá recusar, de forma motivada, a subcontratação pretendida, caso verifique risco à adequada execução contratual.



6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

6.1. Constituem obrigações do Contratante aquelas previstas neste Contrato e no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, especialmente quanto ao acompanhamento, fiscalização, fornecimento de informações e documentos, liberação de áreas, recebimento do objeto, pagamento e aplicação de penalidades, **assegurando que a execução ocorra em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre qualquer requerimento da Contratada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. ([art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

6.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

7.1. A Contratada obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações previstas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, inclusive quanto à execução conforme o cronograma físico-financeiro aprovado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Constituem, ainda, obrigações da Contratada:

- a) manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato;
- b) atender às determinações do fiscal e do gestor do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados;
- c) executar os serviços com observância às normas técnicas aplicáveis, empregando mão de obra qualificada e fornecendo todos os materiais, equipamentos e insumos necessários;
- d) reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual;
- f) manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- g) cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
- h) comunicar formalmente ao Contratante quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços;
- i) observar as normas de segurança, saúde e proteção ao trabalho, bem como a legislação aplicável;
- j) não transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato sem prévia autorização da Administração;
- k) aguardar sigilo sobre informações obtidas em decorrência da execução contratual.

8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD ([Lei Federal nº 13.709, de 2018](#))

8.1. As partes deverão cumprir a [Lei Federal nº 13.709, de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

8.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([art. 37 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

8.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

9. PRAZOS ([art. 92, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

9.1. O prazo para execução integral do objeto será de até **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração, em conformidade com este Contrato e o Termo de Referência.

9.2. O prazo estabelecido no subitem anterior contempla todas as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro integrante do Projeto Executivo de Arquitetura Paisagística, incluindo serviços preliminares, preparação do solo, plantio e implantação paisagística, fornecimento e aplicação de revestimentos em pedra natural, instalação de iluminação paisagística, instalação de mobiliários urbanos, bem como os serviços finais de acabamento, observadas as exclusões expressamente previstas no Termo de Referência.

9.3. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente a sequência lógica, as etapas e os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro aprovado, o qual integra o Projeto Executivo e constitui documento vinculante para fins de planejamento, fiscalização, medição e pagamento.

9.4. O cronograma físico-financeiro poderá ser ajustado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aprovação formal da Administração, desde que não haja alteração do prazo global da execução, salvo nas hipóteses previstas na legislação aplicável.



9.5. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Contrato e na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

10. RECEBIMENTO DO OBJETO ([art. 140, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

- 10.1.** Concluída a execução dos serviços, ou de suas etapas conforme o cronograma físico-financeiro, a Contratada deverá comunicar formalmente à Administração para fins de realização de vistoria e recebimento provisório do objeto.
- 10.2.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, no prazo máximo de até **15 (quinze) dias**, contados da comunicação formal da execução, após verificação da conformidade com o Projeto Executivo, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos contratuais.
- 10.3.** A execução dos serviços será realizada por etapas, conforme previsto no cronograma físico-financeiro e no Termo de Referência, devendo cada etapa concluída ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal, emitida de acordo com as disposições contratuais.
- 10.4.** Os serviços serão executados no seguinte local:
 - a) Endereço: Av. Primavera, nº 300, Bairro Primavera II;
 - b) Fiscalização: por fiscal de contrato designado formalmente pela Administração;
- 10.5.** Os prazos de execução observarão o cronograma físico-financeiro aprovado, salvo disposição diversa devidamente justificada e aceita pela Administração.
- 10.6.** Após a verificação da execução, o objeto será recebido, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021:
 - a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 10.7.** Constatadas pendências, inconformidades, defeitos executivos, falhas de plantio, ausência de materiais previstos em projeto ou serviços executados em desacordo com o Projeto Executivo, memorial descritivo, especificações técnicas ou determinações da fiscalização, a Contratada será formalmente notificada para promover, às suas expensas, as correções necessárias no prazo fixado pela Administração.
- 10.8.** O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos serviços executados, nem afasta o dever da Contratada de sanar vícios aparentes ou irregularidades posteriormente identificadas pela fiscalização.
- 10.9.** O recebimento definitivo somente será formalizado após a comprovação do integral cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade dos materiais empregados, conformidade da execução, limpeza final da área, estabilidade dos elementos implantados e regular funcionamento de eventuais sistemas instalados.
- 10.10.** Tratando-se de serviços de paisagismo, poderá a fiscalização avaliar, para fins de recebimento definitivo, a adequada implantação das espécies vegetais, o pagamento inicial das mudas, a uniformidade do gramado, o vigor vegetativo inicial e a ausência de falhas relevantes decorrentes da execução.
- 10.11.** Verificada mortalidade anormal de mudas, falhas significativas no plantio, problemas fitossanitários atribuíveis à execução inadequada, deficiência de irrigação implantada ou defeitos construtivos relacionados ao objeto contratado, a Contratada ficará obrigada à recomposição, substituição ou correção dos itens afetados, sem ônus adicional para a Administração.



- 10.12.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica, ambiental e legal da Contratada pela solidez, qualidade, segurança e durabilidade dos serviços executados, tampouco por vícios ocultos posteriormente constatados, na forma da legislação aplicável.
- 10.13.** As mudas, gramados, forrações e demais espécies vegetais implantadas no âmbito desta contratação deverão apresentar condições adequadas de desenvolvimento e adaptação inicial pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento provisório do objeto.
- 10.14.** Durante o período de garantia previsto no subitem anterior, a Contratada será responsável, sem ônus adicional para a Administração, pela substituição das espécies vegetais que apresentarem morte, baixo vigor, deficiência de enraizamento, falhas de pegamento ou comprometimento decorrente de plantio inadequado, manejo incorreto, deficiência técnica de implantação ou uso de material vegetal impróprio.
- 10.15.** A reposição das espécies eventualmente reprovadas deverá ocorrer no prazo fixado pela fiscalização contratual, observando-se as mesmas características, portes, especificações técnicas e padrões previstos no Projeto Executivo e memorial descritivo.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

11.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Primavera do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL
Und. Orçamentária	01.00.1	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Unidade Executora	01.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Funcional Programática	01.031.0001.1001	AMPLIAÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL
Ficha	01	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
Despesa/Fonte	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
Fonte	1.500	***

12. PREÇO ([art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

12.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (XXXXXXX) referente à emissão da Nota de Empenho nº XXX.

12.2. No valor acima, e nos empenhos adicionais, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e demais custos necessários ao fiel cumprimento da contratação, não sendo admitido qualquer acréscimo remuneratório além do ora estabelecido, salvo previsão expressa no instrumento contratual.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO ([art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

- 13.1.** O pagamento será realizado conforme as etapas efetivamente executadas e medidas, observadas as disposições do cronograma físico-financeiro e os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 13.2.** Para instrução do processo de liquidação e pagamento, a Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da documentação exigida contratualmente.



- 13.3.** Previamente ao pagamento, a fiscalização realizará o recebimento provisório da parcela executada, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, certificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados.
- 13.4.** O recebimento definitivo ocorrerá por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o estágio de execução contratual e as condições previstas neste instrumento.
- 13.5.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias úteis, contados da regular liquidação da despesa.

14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO ([art. 143 e 146 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e [Resolução 50 de 2023.](#))

14.1. A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal após a execução do serviço, não sendo iniciado o processo de liquidação em caso de ausência ou irregularidade na documentação exigida, juntamente com as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou justificativa formal pela impossibilidade de sua apresentação, bem como outros documentos eventualmente previstos no Termo de Referência para fins de liquidação e pagamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento definitivo do objeto, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, inclusive aquelas previstas no art. 155, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando caracterizada a hipótese legal.

14.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal e/ou DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) deverá ser o mesmo indicado na proposta e neste instrumento de contrato.

14.3. O pagamento do objeto da presente contratação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no [art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

14.4. Nos pagamentos, o Contratante poderá reter cautelarmente valores referente a eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento e dano, devendo ser liberada no prazo previsto para pagamento a parcela incontroversa. ([art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

14.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”.

14.6. Nos termos do [art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$);

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

15.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser exigida da Contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser apresentada após a



assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração.

15.2. As condições relativas à forma de prestação, modalidades admitidas, cobertura, validade, renovação, execução e liberação da garantia de execução contratual encontram-se detalhadas no Termo de Referência, o qual integra o presente contrato para todos os fins de direito.)

16. REAJUSTE ([art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

16.1. Os preços inicialmente contratados fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta (dia de abertura do certame licitatório), nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Para fins de aplicação do reajuste, será adotado índice setorial compatível com a natureza dos serviços de engenharia contratados, preferencialmente o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

16.3. O reajuste será calculado mediante aplicação da variação acumulada do índice adotado sobre o saldo contratual remanescente, observada a periodicidade mínima legal.

16.4. Não haverá reajuste durante o prazo inicial de execução contratual de 120 (cento e vinte) dias, salvo na hipótese de prorrogação contratual que ultrapasse o período de 12 (doze) meses da data-base.

16.5. O reajuste deverá ser formalizado por meio de apostilamento ou termo aditivo, mediante requerimento da Contratada e comprovação do direito, observadas as disposições legais aplicáveis.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

17.1. No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no [art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no [art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

17.2. Em caso de atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de mora, correspondente a 2% (um por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação e a não entrega até 10 (trinta) dias úteis após o prazo final de entrega caracterizará inexecução total do contrato, cuja multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. As sanções de advertência ([art. 156, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), impedimento de licitar e contratar ([art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ([art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

17.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).



17.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

17.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

17.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do [art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos. ([art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

17.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

17.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

17.13. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

18. ALTERAÇÕES ([arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

18.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

19.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada automaticamente até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. ([art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

19.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

19.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os [artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

19.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. ([art. 137, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

19.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

19.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

19.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

20. DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

21. PUBLICAÇÃO ([art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

21.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://pncp.gov.br/>), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011](#).

22. FORO ([art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

22.1. Fica eleito o Foro de Primavera do Leste - MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

Para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, depois de lido e achado de acordo, este instrumento será assinado digitalmente ou, em caso de impossibilidade, impresso e assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Primavera do Leste - MT, em _____, de _____ de 2026.

Representantes legais:

Nome do Ordenador de Despesas

Contratante

Nome da Contratada

Contratada